

AMBIENTE

# ONGs alertam para perigo do Código Florestal

*Nova versão do texto  
permite maior  
desmatamento na  
Amazônia*

CHICO ARAÚJO

**B**RASÍLIA – A nova versão do anteprojeto de lei do Código Florestal, apresentada na segunda-feira pelo relator Moacir Micheletto (PMDB-PR), poderá elevar para 80% a devastação de florestas na Amazônia. A proposta do deputado prevê, após três anos da aprovação da lei, que os Estados que ainda não tenham feito o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) poderão fixar a área de reserva legal das propriedades em apenas 20%.

O alerta sobre o possível aumento da devastação foi feito ontem, em Brasília, por um grupo de dez entidades ambientalistas – entre elas o Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) –, que lançaram uma campanha nacional para impedir a aprovação do anteprojeto de Micheletto, cuja votação na Câmara está prevista para 5 de maio. A proposta modifica a Medida Provisória 2.080/61, que está em vigor e foi editada pelo governo com base em sugestões de ambientalistas feitas ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A legislação atual estabelece a taxa de reserva legal em

80% para áreas da Amazônia, 35% para o cerrado e 20% para as demais regiões. A reserva legal corresponde à parcela de uma propriedade que deve ser mantida sob proteção ambiental permanente.

Em maio do ano passado, Micheletto e a bancada ruralista aproveitaram-se de um momento de distração da base governista – durante a votação do salário mínimo – para aprovar o projeto em uma comissão mista do Congresso. O texto reduzia de 80% para 50% a área de reserva legal na Amazônia. A medida teve repercussão negativa imediata dentro e fora do País, provocando protestos entre a população. Para impedir a votação do projeto, o governo reeditou a MP do Código Florestal, man-

tendo assim as determinações do Conama, preferidas pelo Palácio do Planalto e pelos ambientalistas.

De acordo com Micheletto, a regulamentação da reserva legal em propriedades rurais nos moldes previstos em seu anteprojeto não implicaria aumento da devastação da Amazônia. O deputado argumenta que mais de 80% da região já está devidamente protegida.

**Audiências** – A minuta apresentada por Micheletto servirá de base para discussão em três audiências públicas, marcadas para debater a conversão em lei da medida provisória que vem substituindo o Código Florestal. As audiências serão amanhã, em Rio Branco; dia 20, em Ji-Paraná (RO), e dia 27, em Toledo (PR). Para os ambientalistas, os locais escolhidos para as audiências – bases da bancada ruralista no Congresso – são motivo de preocupação.

“Se o projeto de Micheletto for aprovado, vai ser um ‘liberou geral’ para a devastação das florestas”, afirma o diretor do Greenpeace Délcio Rodrigues. Segundo ele, as entidades ambientalistas iniciaram a cam-

panha para garantir a manutenção do texto da MP em vigor. Rodrigues disse que os ambientalistas farão uma série de manifestações, entre elas uma campanha na Internet, para impedir a aprova-

ção da proposta defendida por Micheletto. No ano passado, “passeata eletrônica” organizada pelas ONGs congestionou os computadores do Senado.

Além da redução das áreas de reserva legal, os ambientalistas também não aceitam a destruição de florestas das Áreas de Proteção Permanente (APPs) para instalação de empreendimentos econômicos e obras de infra-estrutura, como propõe Micheletto em seu anteprojeto. De acordo com o advogado André Lima, do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), a proposta atingirá também os mangues, uma vez que o texto prevê a instalação de fazendas de criação de camarões (carcinocultura) nesses ambientes. **(Colaborou Maura Campanili)**

**D**EPUTADO  
DIZ QUE  
REGIÃO ESTÁ  
PROTEGIDA